



INFÂNCIA

Reabertura das respostas sociais tem decorrido com confiança e entusiasmo



**LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS,
DEPOIS DE UM ANO DE COVID-19 NAS IPSS**

A pandemia demonstrou que a Saúde e a Segurança Social têm que se articular

COLABOR

Parceiros do Estado

CNIS **SANTA CASA**
Misericórdia de Lisboa

Apoios Institucionais ao Estado

REPÚBLICA PORTUGUESA
MISERICÓRDIA, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

UNião das Misericórdias Portuguesas **mutualidades portuguesas** **CONFECOOP** **ATI**

ESTUDO
Participação de IPSS essencial para se saber o «Impacto da Covid-19 nos Lares de Idosos»

MIRANDA DO CORVO
Fundação ADFP abre Residência Bondade para pessoas com doença mental

18 MIL PESSOAS NAS IPSS
Governo prolonga MAREESS até final do ano

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Reforço dos direitos sociais sem esquecer o acesso ao trabalho

Há dias, a maioria dos grupos parlamentares decidiu determinar a implementação de um conjunto de medidas que tornem menos gravosa a condição de precariedade em que já vivem milhares de agregados familiares. Creio que essas medidas foram pensadas, tendo em conta as implicações orçamentais para que estas não venham obrigar, mais tarde, à sobrecarga tributária que recai sempre sobre quem menos possibilidades financeiras tem de os suportar. Que, agora, não se dê com uma mão o que, mais tarde se terá de tirar com a outra. Não deixo, contudo, de me rever nas preocupações manifestadas pela maioria dos parlamentares. Os problemas sociais estão a agudizar-se e precisam de ser atacados para não se avolumarem mais quando vier a terminar a concessão de apoios que, em boa hora, o Governo atribuiu a pessoas e a empresas. Há quem manifeste preocupações com o aumento da dívida soberana. Mas é importante, nas atuais circunstâncias, dar prioridade à vida das pessoas para que não percam condições dignas de subsistência. Esta questão dos déficits públicos, bem como das dívidas particulares mereciam uma profunda e revolucionária reflexão a nível mundial, pois boa parte deste tipo de problemas resulta da usura desmedida do poder do Capital em detrimento de sadios critérios de justiça redistributiva. Basta verificar as imposições determinadas pelo FMI e, no caso da Europa, pelo Banco Central Europeu para se perceber que os encargos com empréstimos a países mais vulneráveis são concedidos com taxas de juros que exigem medidas de austeridade

sempre penalizadoras sobre os rendimentos do trabalho e menos sobre os do Capital.

A verdade é que estamos a viver uma crise já muito preocupante e com adversidades sem precedentes. O princípio orientador para a enfrentar tem de ser a defesa dos direitos fundamentais das pessoas, sabendo que a pobreza é uma violação desses direitos. Em tempo de crise económica e financeira o único caminho é o reforço desses direitos, concretamente, os de maior incidência social.

A minha experiência frequente de contato com problemas sociais, fazem-me ter a plena consciência de que a perda de direitos sociais é uma constante infeliz na sociedade portuguesa, mesmo em tempos, economicamente, mais favoráveis. O desemprego que, mesmo ao atingir percentagens de um dígito, não deixa de ser sempre uma preocupação pelas implicações que tem na vida da pessoas; os rendimentos baixos que afetam mesmo as classes trabalhadoras, não permitindo que muita gente ultrapasse o limiar da pobreza; a dificuldade no acesso aos cuidados de saúde que obrigam a doses incommensuráveis de paciência para esperar meses e anos, algumas vezes com resultados dramáticos; a impossibilidade de pagar rendas de casas com preços escandalosos face ao tipo de habitação disponível...

Como é evidente, a crise que estamos a vivenciar agudiza estes problemas e faz surgir outros. Um dos desafios maiores a enfrentar é o acesso a um direito, que é também um dever, possibilitador de recuperar a dignidade às

pessoas. Trata-se do acesso ao trabalho e a salários dignos.

Embora com níveis diferentes, esta é uma das preocupações subjacentes ao Pilar dos Direitos Sociais refletido no Plano de Recuperação e Resiliência, bem como no Plano de Combate à Pobreza. Importa que quaisquer medidas que venham a ser contempladas cuidem de identificar, com clareza e transparência, os recursos mobilizáveis e os procedimentos e mecanismos a que as entidades promotoras de emprego possam recorrer. Os subsídios à criação de emprego têm de estar diretamente correlacionados com a efetiva criação de postos de trabalho estáveis e com aceitável qualidade. A formação académica e profissional deveria ser avaliada pelo nível de empregos que permita efetivamente criar.

Na área social reside uma fonte geradora extraordinária de criação de trabalho remunerado. Para isso, é indispensável repensar algumas das atividades existentes e avançar rápido com a criação de outras. Refiro apenas uma por ser, devido ao aumento da longevidade, das mais promissoras que são as da satisfação das necessidades dos mais velhos. Há um potencial enorme nas condições necessárias para se acrescentar mais qualidade aos mais anos vividos. Para isso, impõe-se a elaboração de um Plano Nacional de Respostas Multidimensionais e Integradas para Seniores que viabilize Políticas Públicas realistas e concretizadas por todas as organizações que melhor conseguirem oferecer qualidade de vida e implicar os destinatários na adequação dos seus projetos de vida.

UNIÃO REGIONAL DAS IPSS DOS AÇORES

Formação para novo sistema de avaliação de desempenho

Já arrancou a formação para implementação do novo sistema de avaliação de desempenho.

No passado dia 26 de março, a União Regional das IPSS dos Açores deu início à formação para implementação de um novo sistema de Gestão/Avaliação de desempenho para as IPSS açorianas, estruturada pela NORMA-Açores a pedido da URIPSSA e com o apoio da Direção Regional da Segurança Social (DRSS).

Na primeira formação, estiveram representadas 12 instituições, num total de 25

formandos das ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e S. Jorge.

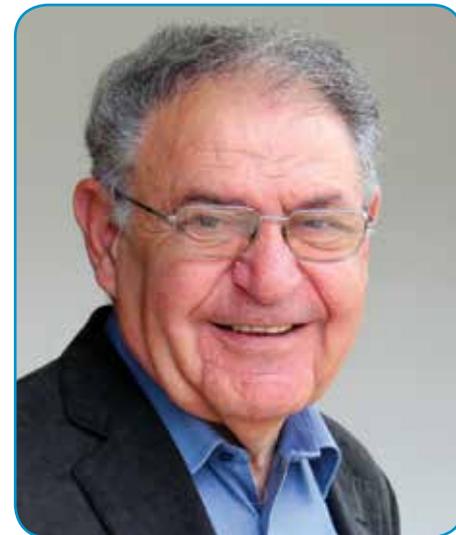
O novo modelo de avaliação de desempenho obriga a um maior acompanhamento das direções, responsáveis e funcionários ao serem estabelecidos as metas e objetivos das instituições.

Com este modelo de gestão, o objetivo é também o de premiar os funcionários que tenham tido uma avaliação adequada e superada para assim a instituição poder melhorar a sua performance e a qualidade de serviço a todos aqueles que a ela recorrem.

A expectativa dos responsáveis pela URIPSSA é a de que “ainda este ano se comece, à experiência, a implementação do novo sistema e que no ano de 2022 esteja a funcionar em pleno para todas as IPSS que queiram aderir a esta Gestão/Avaliação de desempenho”.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Continuidade dos cuidados: entre a saúde e o social

1. A perspectiva holística da Pessoa, compreendida integralmente nas suas diversas dimensões, fundamenta a ação do setor social solidário: a Pessoa toda na sua unicidade e também todas as Pessoas.

Tal conceção exige que a prestação de cuidados, centrada na Pessoa, seja integrada, com consistência, coerência e continuidade.

Bem sabemos que, no âmbito da prestação dos cuidados, nomeadamente de saúde e sociais, as entidades públicas se organizam por áreas setoriais. Estas são instrumentos organizativos e funcionais para definição de competências e responsabilidades, para afetação de recursos humanos e financeiros.

Estando no centro destes cuidados a Pessoa, depreende-se da indispensabilidade de articulação intersectorial para, por um lado, garantir a identidade da pessoa e o respeito pelas suas capacidades e a satisfação das suas necessidades complexas e, por outro lado, a gestão dos recursos com eficiência e eficácia.

Até considerando cada setor *per se*, importará refletir se há de facto integração e continuidade de cuidados de saúde e integração e continuidade de cuidados sociais.

2. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2008, estabeleceu como integração de cuidados de saúde as formas de interligação e cooperação na prestação e garantia de continuidade assistencial dos utentes do SNS, tendo em vista a maximização da eficiência nas respostas e os melhores resultados em saúde.

A Lei de Bases da Saúde - Lei n.º 95/2019 de 4 de setembro - define que “o direito à proteção da saúde é o direito de todas as pessoas gozarem do melhor estado de saúde físico, mental e social, pressupondo a criação e o desenvolvimento de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam níveis suficientes e saudáveis de vida, de trabalho e de lazer”.

Todas as pessoas têm direito: à proteção da saúde com respeito pelos princípios da igualdade, não discriminação, confidencialidade e privacidade e a aceder aos cuidados de saúde adequados à sua situação, com prontidão e no tempo considerado clinicamente aceitável.

Define ainda a citada lei que “o direito à

proteção da saúde constitui uma responsabilidade conjunta das pessoas, da sociedade e do Estado e compreende o acesso, ao longo da vida, à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, a cuidados continuados e a cuidados paliativos”.

Cabe ao Estado promover e garantir o direito à proteção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), dos Serviços Regionais de Saúde e de outras instituições públicas, centrais, regionais e locais.

No mesmo enquadramento legal, o Serviço Nacional de Saúde deverá pautar a sua atuação, nomeadamente pelos princípios da **equidade**, promovendo a correção dos efeitos das desigualdades no acesso aos cuidados, dando particular atenção às necessidades dos grupos vulneráveis; da **universalidade** garantindo a prestação de cuidados de saúde a todas as pessoas sem discriminações, em condições de dignidade e de igualdade; e da **integração de cuidados** salvaguardando que o modelo de prestação garantido pelo SNS está organizado e funciona de forma articulada e em rede.

Claramente definida na lei quer a integração de cuidados de saúde, quer a continuidade dos mesmos.

Mas ... Pese embora o reconhecimento devido ao SNS, **aguarda a CNIS que, no cumprimento da Lei de Bases da Saúde, seja garantido o acesso aos cuidados de saúde, especificamente os primários, de todos os utentes residentes em estruturas residenciais de crianças, idosos e deficientes. Tem de ser assumido e garantido pelo SNS a estas pessoas a sua qualidade de beneficiários/utentes deste sistema.**

3. E quanto à integração e continuidade de cuidados na área social?

Consultando a Lei de Bases da Segurança Social - Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro, constatamos que todos têm direito à Segurança Social, efetivado pelo sistema que visa, nomeadamente “Promover a melhoria sustentada das condições e dos níveis de proteção social e o reforço da respetiva equidade”.

Para além da equidade, outros princípios constituem o sistema de Segurança Social, designadamente, o da **solidariedade** e da

subsidiariedade, assim como o da unidade e da **complementaridade**. Assim, pressupõe-se uma atuação articulada dos diferentes sistemas, subsistemas e regimes de segurança social no sentido da sua harmonização e complementaridade pela articulação das várias formas de proteção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objetivo de melhorar a cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades nos diferentes patamares da proteção social.

Porque a concretização da ação social supõe a intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, as IPSS assumem-se como parceiros, a par de outros, na concretização dos objetivos do subsistema de ação social, a saber “prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades”, assim como “assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social”.

Estes objetivos concretizam-se através de serviços e equipamentos sociais, programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais, iniciativas de desenvolvimento comunitário e prestações pecuniárias e em espécie.

A Lei de Bases da Segurança Social prevê nesta matéria o desenvolvimento de uma articulação eficiente entre as entidades com responsabilidades sociais e os serviços, nomeadamente de saúde e de educação, nem sempre conseguida como todos sabemos, com efeitos perversos ao nível ou da sobreposição de intervenções ou da manutenção de “clareiras” com ausência de intervenções, em determinados problemas e/ou territórios.

Mesmo assim é de destacar a continuidade de respostas sociais, de serviços e cuidados previstos ao longo da vida e das suas circunstâncias.

Para a CNIS só um acompanhamento integrado, de proximidade e personalizado, centrado na pessoa, pode contribuir para reduzir a fragmentação de cuidados e garantir a sua prestação ao longo da vida.

CNIS É UM DOS PARCEIROS A NÍVEL NACIONAL

Campanha «Primeiros Anos a Nossa Prioridade» com o foco nos mil dias iniciais da vida

A campanha «Primeiros Anos a Nossa Prioridade», da qual a CNIS é parceira, alerta para importância dos primeiros 1.000 dias de vida para dar oportunidade a todas as crianças.

Os primeiros anos de vida são períodos de oportunidade única na formação física, mental e emocional de cada criança, com consequências no bem-estar, na saúde ao longo da vida, na aprendizagem e até na futura empregabilidade.

Nesse sentido, a campanha «Primeiros Anos a Nossa Prioridade» tem por objetivo último elaborar um conjunto de propostas concretas para Portugal reforçar as medidas orientadas para o estímulo e apoio ao desenvolvimento infantil, as quais serão divulgadas em setembro de 2021.

O cérebro desenvolve-se a um ritmo intenso e irrepitível nos primeiros 1.000 dias de vida, pelo que, durante este período, as crianças requerem cuidados especiais nos quais o afeto, o vínculo, o estímulo e a interação podem trazer muitos benefícios para que desenvolvam todo o seu potencial.

É para colmatar a lacuna entre o que é preciso realizar ao nível do desenvolvimento na primeira infância e a realidade ainda vivenciada por muitas crianças que nasce a campanha «Primeiros Anos a Nossa Prioridade».

Promovida em Portugal pela Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso (FNSBS), a campanha, que tem o Alto Patrocínio do Presidente da República, conta, até ao momento, com parceiros como a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), o Instituto de Apoio à Criança (IAC), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a UNICEF Portugal, a Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), a Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI), a Fundação Brazelton/Gomes Pedro, a Fundação do Gil e a Fundação Aga Khan, entre outros cuja adesão está em curso.

A campanha pretende promover a consciencialização da sociedade e influenciar políticas e investimentos, públicos e privados, no sentido de reconhecer e valorizar a importância do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida na construção de uma sociedade mais saudável e sustentável.

“Apesar das evidências científicas, os primeiros anos de vida recebem relativamente pouca atenção na sociedade e nas políticas públicas. Melhorar esta realidade só será possível mediante a promoção de uma maior consciência sobre a importância do desenvolvimento infantil junto da sociedade em geral e é esse o nosso objetivo com a campanha ‘Primeiros Anos a Nossa Prioridade’”, afirma Paula Nanita, do conselho executivo da FNSBS.

A prioridade da FNSBS foi a criação de uma Coligação Nacional, uma rede de entidades públicas, privadas e do sector social, que terá como objetivo a partilha de informação relativamente ao que tem sido feito e o que falta fazer, consciencializar a



sociedade portuguesa para a importância do tema e influenciar decisores políticos e líderes sociais a investir mais e melhor nas crianças e, consequentemente, no futuro de todos.

Estes parceiros aportam diversas sensibilidades, conhecimento, práticas e experiências que permitirão elaborar, em colaboração, um conjunto de propostas concretas para Portugal reforçar as medidas orientadas para o estímulo e apoio ao desenvolvimento infantil, as quais serão formuladas durante a campanha sendo o seu conjunto divulgado em setembro de 2021.

“Dar visibilidade a parceiros que têm ação e reflexão sobre a importância dos primeiros anos de vida, parece-nos ser a melhor forma de inspirar e disseminar conhecimento junto de toda a sociedade. Esperamos em breve contar com muitas mais entidades, pois só assim conseguiremos atingir os nossos objetivos”, sublinha Paula Nanita, acrescentando que a rede nacional é de adesão voluntária e aberta à sociedade, formalizando-se através de protocolos/acordos de ação.

Porque todas as crianças merecem um bom início de vida, os promotores da campanha defendem: Apoio aos pais com filhos pequenos e um maior acesso das famílias e crianças aos serviços essenciais da primeira infância (nomeadamente de saúde e educação), por forma a garantir-lhes oportunidades iguais para o desenvolvimento do seu pleno potencial num ambiente seguro e saudável; Intervenções abrangentes e multidisciplinares que abordem os desafios multifacetados das famílias e crianças, em particular daquelas que estão em maior risco de desproteção, discriminação e exclusão; Criação de condições para que as crianças desintegradas das suas famílias de origem possam crescer em ambientes familiares.

Os primeiros anos são um período fundamental para que o processo do neuro-desenvolvimento se faça de forma a permitir que a criança desenvolva competências de autorregulação, de empatia e de autoconfiança e as capacidades de aprender, de construir relacionamentos positivos e de interagir com o meio que a rodeia.

Diversos estudos também demonstram que muitas das principais preocupações de saúde pública na vida adulta (por exemplo, obesidade, doenças cardíacas e problemas de saúde mental) estão relacionadas com experiências vivenciadas durante os primeiros 1.000 dias de vida. O que acontece nestes primeiros meses e anos poderá também ter impacto na sua formação como pessoa, na escolaridade e na futura empregabilidade.

A campanha abrange nove países da Europa (Bulgária, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Portugal, Sérvia, Roménia) sob a liderança de coordenadores nacionais (FNSBS, no caso de Portugal), que ajudarão a criar coligações amplas de parceiros nacionais para campanhas mais fortes a nível nacional.

Para saber mais sobre a campanha, visite www.primeirosanos.com.



«COVID-19: CUIDADOS ESPECIAIS PARA MINIMIZAR A TRANSMISSÃO» É PARA LEVAR A TODO O PAÍS

Forças Armadas ministraram formação nas IPSS do Algarve e Alentejo

Mais de dois mil funcionários de IPSS do Algarve e do Alentejo receberam formação do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), no âmbito do combate à pandemia de Covid-19.

O EMGFA está a realizar, desde o dia 22 de março, ações de formação online, em apoio ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no âmbito do programa «Covid-19: Cuidados especiais para minimizar a transmissão».

Trata-se de um projeto coordenado pela

direção de Saúde Militar do EMGFA e ministrado pela Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM) e outros elementos da Saúde Militar, que se dirige a funcionários de serviços de apoio domiciliário, centros de dia, casas de abrigo, lares de infância e juventude e centros de acolhimento temporários.

Até ao final do mês de março, concluiu-se o primeiro dos cinco programas previstos, tendo sido realizadas quatro sessões temáticas que abrangeram 2.100 funcionários das várias respostas sociais das instituições das regiões do

Alentejo e Algarve.

“Estas ações têm como objetivo sensibilizar os funcionários das instituições para as medidas preventivas da propagação por Covid-19, práticas de higienização e limpeza, estabelecimento de circuitos e uso de equipamento de proteção individual, contribuindo para a segurança tanto dos próprios, como das pessoas vulneráveis de quem cuidam”, refere o EMGFA.

O programa vai decorrer até ao final de abril e pretende abranger funcionários de instituições de resposta social de todo o país.

CANDIDATURAS ABERTAS ATÉ AO DIA 12 DE ABRIL

Prémio BPI Solidário quer mitigar efeitos da pandemia

O BPI e a Fundação «la Caixa» lançaram a 6.ª edição do Prémio Solidário, com uma dotação de 700 mil euros, que tem como finalidade apoiar projetos que promovam o desenvolvimento integral e o processo de inclusão social das pessoas mais vulneráveis, favorecendo a igualdade de oportunidades.

Segundo o relatório «Portugal, Balanço Social 2020 – Um retrato do país e dos efeitos da pandemia», divulgado recentemente pela Nova SBE,

a Fundação «la Caixa» e o BPI, no âmbito da Iniciativa para a Equidade Social, existem “bolsas de pobreza persistente em Portugal que devem ser objeto de especial atenção no desenho de políticas públicas”.

Segundo os dados de relatório, em 2019 existiam cerca de 29% de famílias em situação de vulnerabilidade económica, auferindo um rendimento inferior a 7.517 euros/ano. Segundo o

mesmo relatório, as medidas de combate à crise sanitária acentuaram as desigualdades a nível laboral e contribuíram para o crescimento do número de inscritos nos centros de emprego.

É esta situação que o Prémio Solidário procura mitigar, financiando projetos sociais sólidos e inovadores nesta área. As instituições privadas sem fins lucrativos podem apresentar as suas candidaturas até 12 de abril.

educabiz®

CRECHES INFANTÁRIOS CATL

www.educabiz.com

A PRIMEIRA ESCOLHA EM PORTUGAL PARA AS VALÊNCIAS DA INFÂNCIA

500 INSTITUIÇÕES, 3000 EDUCADORES E 50.000 FAMÍLIAS JÁ UTILIZAM

A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

- ACESSO SEGURO EM QUALQUER LUGAR
- ATUALIZAÇÕES INCLuíDAS
- SUPORTE E FORMAÇÃO GRATUITOS
- ACESSO WEB OU APP PARA ANDRÓID OU IOS
- CONFORMIDADE COM RGPD
- REGISTOS EXIGIDOS PELA SS E ME

Marque uma apresentação: 222 400 196 ou info@educabiz.com

DISPONÍVEL NO Google Play Descarregar na App Store EXPLORE IT ON AppGallery

ESTUDO SOBRE «O IMPACTO DA COVID-19 NOS LARES DE IDOSOS»

Participação das instituições alargada até dia 13 de abril

Com o estudo «O Impacto da Covid-19 nos Lares de Idosos», o CoLABOR pretende compreender como é que a crise pandémica se manifestou em Portugal, comparando a primeira vaga com a segunda vaga. Para além disto, através deste estudo, pretende-se ainda compreender como é que as instituições sociais se prepararam e responderam à pandemia, que tipo de estratégias desenvolveram e como é que se adaptaram. Por outro lado, no essencial, a

partir deste retrato, os investigadores, coordenado por Pedro Adão e Silva, querem contribuir para o debate público sobre o futuro dos lares. Para um estudo mais abrangente, o prazo de participação das IPSS foi alargado até ao próximo dia 13 de abril.

Após terem sido detetados alguns problemas técnicos que têm inviabilizado a participação das instituições no estudo sobre «O Impacto da Covid-19 nos Lares de Idosos», o CoLABOR

- Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social alargou o prazo de participação até ao próximo dia 13 de abril.

O estudo a realizar pela CoLABOR, com o apoio do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e em parceria com a CNIS e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), tem o objetivo geral de explicar a variação do impacto da Covid-19 entre os utentes das Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI) e das

PEDRO ADÃO E SILVA, COORDENADOR DO ESTUDO

Sem um conhecimento aprofundado e um mapeamento da realidade será sempre difícil projetar o futuro

Pedro Adão e Silva é o investigador coordenador pela área da Proteção Social do CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social e lidera a equipa responsável pelo estudo sobre «O Impacto da Covid-19 nos Lares de Idosos», composta ainda pelos investigadores do Laboratório Daniel Carolo, Tatiana Marques e Pedro Estêvão e ainda os representantes da CNIS, Ana Rodrigues, e da SCML, João Afonso.

Para melhor se perceber o propósito do estudo agora lançado e a importância do mesmo e da participação das IPSS, o SOLIDARIEDADE questionou o coordenador Pedro Adão e Silva, ficando aqui os esclarecimentos dados.

SOLIDARIEDADE - Quais os grandes objetivos deste estudo?

PEDRO ADÃO E SILVA - A crise pandémica tem afetado, um pouco por todo o mundo, de forma particularmente dramática os idosos e, em particular, aqueles que estão em lares. O nosso objetivo é compreender como é que esta realidade se manifestou em Portugal, comparando a primeira vaga com a segunda vaga. Compreender como é que as instituições sociais se prepararam e responderam à pandemia. Que tipo de estratégias desenvolveram, como é que se adaptaram. Mas, no essencial, a partir deste retrato, contribuir para o debate público sobre o futuro dos lares e a forma como devem estar preparados para enfrentar riscos, por definição, difíceis de antecipar.

A fidelidade do estudo depende muito da participação das instituições. Como motivá-las a participar?

Temos consciência da pressão a que têm estado sujeitas as instituições sociais neste ano muito difícil e das solicitações a que têm de responder. Por isso, decidimos alargar o prazo de resposta ao questionário. Mas sem um conhecimento aprofundado e sem um mapeamento da realidade o mais fidedigno possível, será sempre mais difícil projetar o futuro. É fundamental o envolvimento das próprias entidades neste retrato.



As respostas solidárias serão tanto mais eficazes quanto mais as entidades responsáveis pela sua concretização no terreno participarem no diagnóstico e na definição de soluções. É essa a oportunidade deste estudo e o contributo que, com os nossos parceiros, queremos dar. Tem sido, aliás, fundamental, desde o início, o envolvimento muito ativo da CNIS e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mas, também, o apoio que temos tido do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, assim como da ALI e da União das Misericórdias.

Este é um estudo que versa mais aspetos quantitativos ou qualitativos?

Um pouco dos dois aspetos, mas com maior incidência na dimensão quantitativa. Se bem que no próprio questionário existam perguntas abertas. No entanto, gostávamos de, numa segunda fase, com base na informação recolhida, fazer uma análise mais aprofundada de experiências concretas, em casos selecionados, que deem conta das dinâmicas sociais locais que estiveram presentes na experiência de resposta à Covid-19 nos lares e nas estruturas de cuidados continuados.

Concluída a análise dos dados, o resultado

final servirá para quê?

Esperemos que para aprender com o que de positivo, mas, também, de negativo aconteceu ao longo dos últimos 12 meses, de forma a ajudarmos a projetar um futuro mais solidário. Um futuro que saiba mobilizar a realidade tão rica que o sector social soube desenvolver, ao longo dos anos, na sociedade portuguesa.

Pode dizer-se que este é o grande estudo que falta sobre as unidades residenciais para os mais velhos, tão essenciais na nossa sociedade?

Uma das constatações que fizemos na preparação deste estudo foi, precisamente, a ausência de um retrato desta realidade. Não há informação detalhada disponível. Que instituições compõem o nosso tecido social? Quais são as suas características, os seus aspetos distintivos, do ponto de vista institucional, dos recursos humanos, das instalações? Que variações existem no território? Ora, dificilmente se pode contribuir com políticas que melhorem uma realidade que se desconhece na sua globalidade. O conhecimento tem de ser cada vez mais um instrumento ao serviço do desenho de políticas, também neste sector.

COLABOR
LABORATÓRIO COLABORATIVO PARA O TRABALHO, EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL

Guia do Questionário do Estudo

- Documento de apoio ao preenchimento do questionário, que visa torná-lo mais célere (= 30-45 min.).
- Recomenda-se a recolha prévia da seguinte informação sobre a ERPI/ULDM requerida no questionário:

Instalações	Recursos Humanos	Residentes/ Utentes	Prevenção da COVID-19	Impacto da COVID-19
<ul style="list-style-type: none"> Área interior total (m²) Área exterior total (m²) Quartos <ul style="list-style-type: none"> Total e tipologia Casas de banho <ul style="list-style-type: none"> Total e tipologia 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhadores, por: <ul style="list-style-type: none"> Categoria profissional Vínculo contratual Exercício profissional noutras entidades Novas admissões (2019 e 2020) Estagiários e voluntários Trabalhadores integrados nos órgãos sociais ou diretivos da entidade 	<ul style="list-style-type: none"> Utentes a 31/12/2020: <ul style="list-style-type: none"> Por sexo e idade Com médico MGF Açamados/demência Com necessidade de tomar medicação, por tipo de doença Polimedicados Mapa com entradas e saídas (2017-2020) Novas admissões (2020): <ul style="list-style-type: none"> Local de proveniência Destino após alta (ULDM) 	<ul style="list-style-type: none"> Dias por cada mês (3/2020-2/2021), com: <ul style="list-style-type: none"> Permissões de entradas dos familiares de utentes nas instalações 	<ul style="list-style-type: none"> Casos confirmados de COVID-19 nos utentes (3/2020-2/2021), por: <ul style="list-style-type: none"> Gravidade Local de tratamento Fonte de contágio Casos confirmados de COVID-19 entre os trabalhadores e os dirigentes da entidade (3/2020-2/2021) Datas de surtos de COVID-19, se aplicável

ESTUDO: O Impacto da COVID-19 nos Lares de Idosos

Parceiros do Estudo

Apoios Institucionais do Estudo

Questionário às ERPI e ULDM a decorrer até 13 de abril

Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM) da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Componente fundamental deste estudo é o inquérito de âmbito nacional a todas as instituições com resposta de ERPI, dos sectores público, solidário e privado, e ainda às Unidades de Longa Duração e Manutenção da RNCCI.

É aqui que entram as IPSS cuja colaboração é essencial para que o retrato possa ser o mais fiel e representativo daquilo que a pandemia de Covid-19 tem infligido às instituições.

O CoLABOR já enviou para todas as ERPI e ULDM o questionário (as que não receberam devem contactar estudos@colabor.pt) a que as instituições devem responder até dia 13 de abril, pois quanto maior for a participação mais fidedigno será o estudo.

Com os resultados do estudo, o CoLABOR, em estreita articulação com os seus associados e parceiros, espera contribuir para o reforço das políticas públicas de saúde e proteção social, que assegurem o melhor bem-estar possível às pessoas mais velhas, assim como promover o necessário debate público para encontrar os dispositivos adequados para o financiamento e implementação de novas respostas sociais para fazer face envelhecimento das nossas sociedades.

É sabido que a particular incidência da Covid-19 junto dos mais idosos institucionalizados, pelo que a pertinência do estudo é enorme. Para além do objetivo geral já referido, o estudo tem dois grandes propósitos: O primeiro é proceder à caracterização do sector designado por «Long Term Care» a partir do mapeamento da rede de respostas sociais em função da sua localização, dimensão, tipologia das instalações, recursos humanos e população residente; o segundo é analisar os impactos da Covid-19 na sua vertente organizacional e epidemiológica, bem como a eficácia das medidas de prevenção, a articulação na resposta

das autoridades perante surtos e a capacidade de tratamento da doença.

Assim, além da indispensável análise às especificidades sociodemográficas, às descontinuidades do território e às próprias características da resposta desenvolvida, pretende-se avaliar a eficácia das diferentes medidas na mitigação dos riscos de infeção com a Covid-19, no contexto institucional.

Trata-se de um estudo abrangente, de âmbito nacional, que procura perceber de que forma a pandemia afetou o normal funcionamento das ERPI e RNCCI, mas também de que forma estas se souberam adaptar.

Neste sentido, é da maior relevância a participação das instituições e a partilha da sua experiência.

Assim, o CoLABOR, juntamente com a CNIS, a SCML e a ALI - Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos, relembra que, caso alguma instituição não tenha recebido o email relativo ao preenchimento do questionário, ou tenha recebido menos links do que o número de ERPI de que dispõe, solicita-se a verificação prévia do spam da caixa de email. A confirmar-se a necessidade de reenvio dos links ou do envio de links adicionais, deve contactar para estudos@colabor.pt com o intuito de os receber.

O tratamento da informação recolhida será confidencial e da exclusiva responsabilidade da equipa do CoLABOR, ao abrigo da política de RGD, garantindo que o seu uso se destina unicamente ao trabalho de investigação, ficando igualmente assegurado o anonimato dos dados nos resultados, não havendo qualquer registo nominal das instituições ou pessoas envolvidas.

Estão ainda disponíveis guias de preenchimento do questionário, cuja leitura prévia é recomendada pelos investigadores, pois facilitará o preenchimento dos mesmos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

PERGUNTAS FREQUENTES

Como é que se pode responder ao questionário?

O CoLABOR enviou para todas as ERPI e ULDM/RNCCI do território continental um email automático a partir do endereço invites@mail.surveygizmo.com. Para responder ao questionário basta clicar no link de acesso do referido email. Caso não o tenha recebido, o solicitamos que nos envie um email para estudos@colabor.pt a fim de lhe enviarmos um novo link de resposta para o email que nos indicar.

Qual é a informação necessária para responder ao questionário?

Para tornar o processo mais simples e célere, o CoLABOR preparou um guião de preenchimento para as ERPI e outro para as ULDM/RNCCI, onde consta a informação que lhe será solicitada ao longo do questionário.

Quantos questionários devem ser preenchidos?

Deve preencher tantos questionários quantas ERPI ou ULDM/RNCCI a sua instituição tiver. Cada link de resposta só pode ser usado para um equipamento. A ordem é indiferente porque o questionário é anónimo. Se não tiver recebido o número de emails correspondente ao número de ERPI ou ULDM/RNCCI, ou necessitar de links adicionais, por favor escreva-nos para estudos@colabor.pt.

O link de resposta ao questionário pode ser reencaminhado para outro email?

Não. Devido a questões técnicas relacionadas com a garantia de confidencialidade e com o anonimato, a plataforma ALCHEMER, onde o questionário está alojado, não permite o reencaminhamento dos emails. Assim, por exemplo, se pretender reencaminhar o email para o diretor técnico, sugerimos que nos escreva para estudos@colabor.pt e nos indique os respetivos emails para que lhe possamos enviar diretamente novos links de resposta ao questionário.

O que fazer no caso de não ter recebido o email com o link de resposta ao questionário?

Por favor, envie-nos um email para estudos@colabor.pt, fazendo referência ao número de links de resposta necessários, bem como os endereços de email para os quais devem ser enviados.

O questionário é anónimo?

Sim. Nenhuma das perguntas do questionário identifica as instituições nem os respondentes. Além do mais, o CoLABOR assegura a confidencialidade e o anonimato da informação recolhida cuja finalidade é exclusivamente científica.

REGRESSO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS RESPOSTAS DE INFÂNCIA

Crianças regressaram com entusiasmo e pais mostram-se mais confiantes

Praticamente dois meses após a segunda suspensão das atividades letivas presenciais em apenas um ano, as creches, infantários, escolas do 1º ciclo e Centros de Atividades de Tempos Livres (CTAL) voltaram a receber as crianças e tudo parece ter corrido e estar a correr pelo melhor. O entusiasmo dos mais novos foi desta vez acompanhado por uma maior confiança por parte dos pais, pelo que o regresso foi maciço.

Segundo reportam alguns responsáveis por valências de infância de algumas instituições, há grandes diferenças entre este regresso e o de 2020. Na altura, como também o SOLIDARIEDADE já noticiou, a maioria das crianças apresentou retrocessos e regressões a nível de competências.

No entanto, em junho de 2020 como agora em março de 2021, há um sintoma que as crianças voltam a evidenciar: enormes saudades de conviver com os seus pares. A falta de sociabilização foi, sem dúvida, o efeito que mais marcou os petizes, pois, como refere a esmagadora dos técnicos, nas idades mais precoces o crescimento é muito feito à base do convívio com os pares... e não só.

“A necessidade de interação é inerente ao ser humano. As crianças estavam desejosas por regressarem ao espaço onde habitualmente passam mais de metade dos seus dias. As escolas em geral, e a nossa em particular, conseguiu manter-se um local seguro e protetor, amigo das crianças, em estreita articulação com as famílias. A nossa escola sempre privilegiou o coletivo em vez do individual. Por este motivo a estratégia foi desenvolvida com toda a comunidade educativa”, começa por referir Sérgio Gaitas, coordenador das direções pedagógicas da Voz do Operário, em Lisboa, sobre a retoma das atividades presenciais, sublinhando: “O discurso do medo, não chegou à nossa escola. Talvez por isso, este regresso tenha sido tão reconfortante para adultos e crianças.

Mais a sul, em Odemira, no Jardim-de-Infância Nossa Senhora da Piedade “o regresso ao ensino presencial da creche e pré-escolar trouxe novamente a alegria, a socialização, o entusiasmo e a segurança” e “quando as crianças regressaram, sentimos que tinham muita saudade de estarem no lugar que sempre as acolheu”, afirma a irmã Teresa Geraldo, que recorda o trabalho desenvolvido entre 22 de janeiro e 15 de março: “Ao longo deste tempo de confinamento, tivemos como preocupação máxima, preparar e planificar toda a logística para receber as nossas crianças, garantindo as condições necessários ao seu bem-estar. A vontade e o compromisso de comunicar com as crianças e as famílias estiveram sempre presentes, mesmo à distância, mas este foi o momento de recomeçarmos novamente”.

Também na Associação Creche de Braga a



retoma das atividades presenciais “foi feita com muito entusiasmo e expectativa, tanto por parte dos pais como das crianças, pois todos estavam desejosos de voltar à ‘normalidade’”, sustenta Armanda Vieira, diretora pedagógica do pré-escolar”, o que é corroborado por Marta Marinho, diretora-técnica do CATL bracarense: “O regresso das crianças foi calmo, uma vez que estas crianças já estão na faixa etária dos 6 aos 10 anos. Mostraram muitas saudades dos amigos e das brincadeiras partilhadas e uma grande vontade/entusiasmo de regressar à ‘normalidade’”.

Nestas três IPSS, que acolhem centenas de crianças cada, ao contrário do que aconteceu em junho de 2020, não houve quebras de frequência.

“Crianças e pais esperavam a feliz hora de poderem regressar”, diz a irmã Teresa Geraldo, ao que Armanda Vieira acrescenta: “No primeiro confinamento, no ano letivo anterior, os pais estavam mais receosos e algumas crianças ainda permaneceram em casa mais algum tempo, depois da abertura. Desta vez, os pais estão mais à vontade e sentem-se mais tranquilos devido às medidas implementadas pela instituição no âmbito do plano de contingência e essa sensação de segurança fez com que praticamente todas as

crianças tivessem regressado às atividades”.

Marta Marinho, responsável pelo CATL de Braga, recorda que “o feedback dos pais foi de que sentiam muita necessidade do regresso presencial, por vários fatores: não conseguir gerir teletrabalho com os filhos, não conseguir acompanhar adequadamente as crianças na telescola, dificuldade em gerir o comportamento dos filhos mais agitados em casa ou, inclusive, por não estarem preparados para serem pais 24h/dia”.

Na Voz do Operário, que acolhe em creche 60 bebés, em pré-escolar 150 crianças, 180 no 1º Ciclo e ainda 240 em CATL, “o feedback dos pais é muitíssimo positivo”, refere Sérgio Gaitas, pois “reconhecem a importância de projetos pedagógicos sólidos que procuram formas de ultrapassar os constrangimentos colocados pela situação atual”.

Para este responsável, “muitas escolas regressaram nas suas práticas pedagógicas à boleia das medidas de higiene e segurança”, no entanto, na instituição lisboeta a “escola é da comunidade educativa e assim continuou a ser e talvez por isso se tenha mantido o porto seguro tão necessário para todas as crianças”.

Também no Alentejo as coisas estão a correr

muito bem, com os pais a demonstrar mais confiança.

“Os pais, muito confiantes, aceitam as regras que tiveram que ser adotadas com normalidade, pois já não era novo para eles. Esta reabertura foi mais calma e a informação foi rapidamente assimilada. Superou as expectativas e, quando comparado com o regresso, no primeiro confinamento, este fica marcado pela postura mais tranquila dos pais”, revela a irmã Teresa Geraldo.

É dado adquirido que os confinamentos têm efeitos perversos nas crianças (e não só, já agora!), que após cerca de dois meses em casa, sem os educadores, os companheiros de brincadeiras e aprendizagens e todas as rotinas que a escola lhe confere apresentam algumas regressões.

No entanto, a situação é diferente da de 2020, onde tudo era mais novo e a incerteza quanto ao futuro muito maior.

“Neste regresso após o confinamento identificámos que, de um modo geral, as crianças estavam ávidas de estar umas com as outras, o que facilitou a interação e a disponibilidade para a realização de atividades coletivas. Existiu um maior interesse em explorar as diversas áreas da sala”, adianta a irmã Teresa Geraldo, ressaltando: “No entanto, uma pequena percentagem de crianças apresenta alguma regressão em determinadas competências (linguagem, matemática, motricidade fina, socialização), que podem estar relacionadas quer com o tipo de oportunidades educativas proporcionadas pela família durante o confinamento, quer por características inerentes ao desenvolvimento da própria criança”.

Situação semelhante foi registada em Braga, onde 164 bebés frequentam a creche, 170 crianças o Pré-escolar e 61 petizes o CATL da Associação Creche de Braga.

“A maior parte das crianças estava com muitas saudades dos amiguinhos e com muita vontade de voltar à instituição. Em pré-escolar nota-se que as crianças mais novas quebraram um pouco a rotina e que «desaprenderam» algumas regras, mas ao fim de três ou quatro dias tudo voltou ao que era antes. As crianças têm muita energia acumulada, nota-se que precisam de correr, de brincar com outras crianças, de gritar... de ser crianças”, afirma Armanda Vieira, responsável pelo pré-escolar da instituição bracarense, uma ideia corroborada pela diretora-técnica do CATL, Marta Marinho: “Nestas idades os efeitos do confinamento passam mesmo pela necessidade de interagir com os amigos, regressando um pouco mais eufóricos. Destaca-se ainda um atraso a nível escolar (conteúdos programáticos na sua maioria não estão devidamente consolidados), uma vez que nestas idades o regime presencial é fundamental”.

Sérgio Gaitas reconhece que “as crianças estão genericamente mais inquietas, muito provavelmente por lhes ter sido negada a hipótese de interação física e social”.

Opara o coordenador das direções pedagógicas da Voz do Operário, “será importante que as escolas se preocupem em acolher esta inquietação”, aproveitando para lançar um desafio: “A ideia ingénua de que este seria o pretexto para uma mudança da instituição escolar desapareceu. Aparece já nas notícias quem fale em escolas de verão. Ou seja, mais do mesmo! Infelizmente, não nos dedicaremos, em sociedade, a transformar a escola para a sociedade contemporânea,



porque, de facto, o modelo tradicional de escola nunca teve em questão. Isto torna-se evidente quando a perspetiva é criar mais escola... e não uma escola diferente. A nossa escola não será um bom exemplo. Pois, com as devidas adaptações, mantivemos os trabalhos de grupo, os recreios, os materiais partilhados, etc... A vida na escola manteve-se o mais próximo possível da realidade que as crianças conheciam. E esta realidade tem o coletivo como motor de desenvolvimento individual e coletivo”.

Se tem sido bastante complicado para os adultos compreender e assimilar tudo o que tem acontecido no último ano marcado pela pandemia, também para as crianças deve ser difícil entenderem tudo o que se tem passado. Contudo, a sua enorme capacidade de adaptação acaba por jogar a seu favor.

“As crianças nos seus diálogos verbalizam que o coronavírus deve ir embora, pois sentem que não os deixa fazer muitas das coisas que antes faziam e que muito gostam. Mencionam que quando isso acontecer podem voltar a visitar os avós, ter festa de aniversário, brincar nos parques, ir de autocarro ao pavilhão fazer ginástica, passear e mostrar às pessoas da vila de Odemira os projetos que realizam no infantário”, sustenta a irmã Teresa Geraldo, do Jardim-de-Infância Nossa Senhora da Piedade, que acolhe em creche 116 bebés, em Pré-escolar 148 crianças e ainda 95 em CATL.

Em Braga, “as crianças têm lidado bastante bem com este novo «normal» e estão perfeitamente adaptadas, embora tenham passado uns momentos iniciais de ansiedade e frustração, por

não poderem fazer as coisas que antes faziam ou da mesma forma que faziam”, revela Armanda Vieira, do Pré-escolar, enquanto Marta Marinho, do CATL, reconhece nas crianças “uma enorme capacidade de adaptação e entendimento e, em contexto de sala, vão cumprindo as novas orientações de acordo com o plano de contingência, mas de forma muito tranquila”.

Já nos mais novinhos as coisas são diferentes, pois, como refere Isabel Andrade, diretora-técnica da creche bracarense, “nesta faixa etária, o que se salienta mais nas crianças é a sua dificuldade de adaptação aos adultos, aos espaços e aos pares, mas que progressivamente vai sendo ultrapassada”.

Nas três instituições inquiridas pelo SOLIDARIEDADE, com a retoma das atividades presenciais chegou também o processo de testagem de todo o pessoal, exceção feita ao do CATL da Associação Creche de Braga.

Já a tão falada vacinação, em nenhuma das instituições referidas o processo havia sido iniciado até ao dia 31 de março.

Por outro lado, todas as três instituições registaram casos positivos de Covid-19, registando, no entanto, números muito residuais.

Em Odemira, três crianças do CATL e três colaboradoras; em Braga duas crianças, dois adultos e duas estagiárias, na creche, uma criança e um adulto, no pré-escolar, e duas colaboradoras e três crianças, no CATL, acusaram positivo; e na Voz do Operário 12 trabalhadores e sete crianças testaram positivo ao novo coronavírus.

COLOCADAS NAS INSTITUIÇÕES CERCA DE 18 MIL PESSOAS

Governo prolonga MAREESS até final do ano

A Medida de Apoio ao Reforço de Emergência em Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS), que já permitiu a colocação de quase 18 mil pessoas, vai ser prolongada até ao final do ano, anunciou o governo.

Em comunicado, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social explica que com a prorrogação da medida, no âmbito da pandemia de covid-19, vai continuar a ser paga a bolsa mensal de 438,81 euros para desempregados que recebem prestações de desemprego, ou de 658,22 euros para os restantes, estando prevista uma majoração de 30% para profissionais mais qualificados.

“As entidades que contratem sem termo os participantes colocados ao abrigo desta medida têm direito a um prémio-emprego”, refere o ministério, acrescentando que “o apoio a conceder equivale a duas retribuições base, até ao limite de 2.194 euros”.

De acordo com a informação divulgada, a medida que o governo agora prolonga até 31 de dezembro já permitiu, até março, a colocação de 17.500

pessoas em 1.855 entidades, 63% das quais em projetos de apoio a idosos.

“Esta medida foi criada em abril de 2020, no âmbito da pandemia por covid-19, e permite a instituições como lares de idosos a integração de pessoas para desenvolvimento de trabalho socialmente útil”, refere o ministério, segundo o qual já foram pagos 23 milhões de euros ao abrigo deste programa.

Acrescenta que estão abrangidas pela MAREESS pessoas desempregadas, inscritas ou não no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), trabalhadores com contratos suspenso ou horário reduzido, trabalhadores independentes e também trabalhadores com contratos de trabalho a tempo parcial,



desde que não tenham mais de 60 anos. São ainda abrangidos estudantes ou formandos, desde que com pelo menos 18 anos.

O Ministério do Trabalho adianta que foi também prolongado, até 30 de junho, o programa de testagem preventiva dos funcionários de lares de idosos.

“Ao abrigo deste programa, foram já feitos 276 mil testes desde março de 2020. Na segunda fase, atualmente em curso e iniciada em outubro de 2020, os 159 mil testes realizados permitiram evitar 851 potenciais surtos”, refere ainda.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL

LINHA DE SOFTWARE TOTALMENTE INTEGRADA PARA A ÁREA DA ECONOMIA SOCIAL



TO DO F3M FEEL IT.



Instituições mais eficientes e próximas dos seus utentes



MAIS E MELHORES ANÁLISES DE GESTÃO

TO DO F3M FEEL IT.

✓
ELEVADO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DE CLIENTES

✓
Acordo com a CNIS, parceria com 18 Unições Distritais de IPSSs, acordo com a REDEMUT e Fornecedor da UMP.

www.f3m.pt

1

SOLUÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ECONOMIA SOCIAL que garantem a gestão e organização integrada de todas as áreas sempre em linha com as exigências legais e funcionais.

2

APOIO AOS UTILIZADORES DO SOFTWARE permitindo aprofundar os conhecimentos e rentabilizar as múltiplas funcionalidades e libertar mais tempo dos recursos humanos.

3

SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA TI de forma a otimizar a aposta tecnológica das organizações numa altura particularmente exigente.

CIMEIRA SOCIAL DO PORTO, 7 E 8 DE MAIO

Ministra assume compromisso de promover a economia social

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, assumiu o compromisso de promover a economia social, felicitando a “iniciativa inovadora” da Rede de Cidades Portuguesas Capital Europeia da Economia Social 2021.

Intervindo na sessão de abertura da conferência virtual “O papel da Economia Social na criação de emprego e na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, a partir do Palácio de Queluz, Sintra, a ministra começou por sublinhar como este é “um ano de tantos desafios”, no qual Portugal assume não só a presidência semestral do Conselho da União Europeia (UE), como também a presidência do Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo, composto por 18 países da UE comprometidos com a economia social.

Neste âmbito, cabe a Portugal nomear a Capital Europeia da Economia Social para 2021, estatuto que, pela primeira vez, é partilhado por cinco cidades - Braga, Cascais, Coimbra, Sintra e Torres Vedras -- selecionadas pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

Ana Mendes Godinho felicitou esta “iniciativa inovadora” que mostra, “por um lado, a centralidade das dinâmicas locais na procura de respostas e de soluções concretas em cada dia para os problemas quotidianos das populações, como por outro lado mostra a economia social como um setor que tem contribuído massivamente para um desenvolvimento inclusivo e sustentável”.

A economia social pode definir-se como o setor que reúne as atividades económicas que não visam apenas o lucro, e, embora sejam de caráter privado, partilham objetivos com o setor público.

“Afirmamos claramente o nosso compromisso nacional e europeu de promover a economia social enquanto fator de progresso decisivo em termos económicos e sociais para todos”, frisou, defendendo que “a economia social é claramente um agente ativo da inclusão no mundo de trabalho, na inclusão na sociedade e no combate às desigualdades”.

A governante lembrou que “a economia social integra o plano de ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, constituindo “um dos instrumentos-chave” para a implementação deste plano, que será debatido na Cimeira Social do Porto, nos dias 07 e 08 de maio, no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da UE.

Para Ana Mendes Godinho, o aprofundamento do modelo social da Europa “surge, neste momento, como a mais contemporânea e necessária das necessidades”, pelo que a Europa Social será “a garantia de que ninguém, de



Lisboa a Bucareste, de Helsínquia a Atenas, pode ser deixado para trás no momento que vivemos”.

“Em Portugal o peso da economia social no emprego é 6,4%, mas eu acredito que pode ser muito, muito maior. Se já antes era evidente o papel da economia social como desenvolvimento dos territórios, na criação de emprego e de resposta às comunidades, durante a pandemia isto ficou ainda mais claro”, venceu a governante.

“A pandemia mostrou desde logo a grande capacidade de a economia social também ser um motor de criação de emprego num momento de crise”, disse, evocando o programa Mareess - Medidas de apoio de reforço de emergência de equipamentos sociais e de Saúde, no qual “foram contratadas 17.500 pessoas em poucos meses, com uma procura imensa”.

O Governo teve por isso “necessidade de prorrogar este programa até ao final do ano de 2021, assumindo aqui a economia social uma grande capacidade de resposta ao desemprego” nesta altura de crise.

A pandemia mostrou também a “necessidade” de valorizar quem trabalha na economia social e de qualificar esses trabalhadores, defendeu a ministra, apontando que será lançado o programa Valorizar Social, que visa “valorizar

quem trabalha na economia social assumindo uma necessidade de capacitação das pessoas para que sejam cada vez mais valorizadas”.

O Governo assumiu “claramente a necessidade de financiar, de uma forma especial, a economia social”, lançando “uma linha específica para economia social com 227 milhões, neste momento”, assumindo ainda a “economia social como ator decisivo na implementação do programa de recuperação e resiliência” de forma a dar respostas às necessidades no terreno “rapidamente”, apontou.

“É por isso que a Rede de Cidades de Economia Social, hoje aqui criada, pela primeira vez, mostra exatamente esta grande capacidade de trabalhar em conjunto, sem muros e sem ameias, para chegar mais longe e a mais pessoas”, salientou.

A ministra aproveitou ainda para anunciar “uma rede de espaços de inovação social e de *co-working* utilizando a rede de espaços do Inatel em todo o país”, colocando-os “ao serviço da economia social e da inovação social”.

“Os tempos são de mobilização, são tempos de solidariedade e são tempos de ação e esta é a marca indelével da economia social: responder no terreno, a quem precisa, onde precisa e promover uma sociedade mais justa para todos”, concluiu a governante.

LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS, DEPOIS DE UM ANO DE PANDEMIA NAS IPSS

O Estado tem mesmo responsabilidades p

O coordenador da *task force* do plano de vacinação, vice-almirante Henrique Gouveia e Melo, deu conta de que no fim de março Portugal atingiu um milhão de pessoas imunizadas com a primeira dose e meio milhão com as duas doses da vacina contra a Covid-19.

O vice-almirante Henrique Gouveia e Melo reiterou que se mantém a previsão de cobertura de 70% da população com a primeira dose da vacina “no fim do verão”, contando com um aumento do ritmo de vacinação: “Esse ritmo vai no segundo trimestre atingir em média 95 mil a 100 mil vacinas por dia, passando em abril de 60 mil para um ritmo superior a 100 mil em maio e junho”.

A cobertura da vacinação contra a covid-19 nos estabelecimentos residenciais para idosos (ERPI) atingiu na última semana de março os 90%. “Os ERPI estão praticamente todos cobertos, tirando aqueles que estão a sair dos surtos.”

Até fim de março, em Portugal, a pandemia de covid-19 provocou perto de 16.800 mortes entre os cerca de 820 mil casos de infeção confirmados.

É com esta realidade em fundo, um ano depois do primeiro óbito por Covid-19, que o presidente da CNIS, padre Lino Maia, aceitou fazer um balanço sobre as consequências da pandemia no sector social solidário.

Que balanço é possível fazer de um ano de pandemia? Pode falar-se de esperança tendo em conta a vacinação e comportamento do povo português?

Não estou assim tão otimista em relação ao comportamento do povo português. O povo na primeira fase de confinamento, março do ano passado, assumiu bem a sua responsabilidade. Neste momento vamos sentindo bastantes sinais, compreensíveis, de saturação deste confinamento e desta pandemia. Nestes dias, em que não se pôde andar entre concelhos, se não fosse um reforço do policiamento haveria bastantes problemas. Nós não podemos baixar a guarda e talvez os números dos muitos casos dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro tenham criado algum receio e tenham feito com que, de facto, houvesse uma retração do povo português, mas nota-se alguma saturação.

Mas este é o momento da esperança...

A esperança chega pela vacinação. Em Portugal nós vemos que neste momento não há muitos casos de infeção, mas há países na Europa em que os casos estão a aumentar significativamente. Somos o país em que há menos casos de infeção, mas nada nos diz que isto não se possa inverter. A vacinação não está a ser tão célere quanto gostaríamos, só temos cerca de um milhão de pessoas vacinadas com uma dose e, enquanto não chegarmos aos 70 por cento, não se poderá falar de

imunidade de grupo. Talvez só lá para o final do verão. Ainda temos que sofrer bastante.

Já há imunidade nos lares? Aí conseguiu-se o objetivo pelo qual tanto se bateu?

Parcialmente sim. Devo dizer que em relação aos lares não estou satisfeito com o processo porque foi uma situação que inicialmente não foi bem encarada. É verdade que ela começou ainda antes da data prevista, 4 de janeiro, e no final de fevereiro tínhamos todos os lares, em que não havia surtos, vacinados. O que foi bom. Fui apontando a data de 6 de março para a conclusão, uma data simbólica porque há um ano foi quando se tomou a primeira medida de cancelamento de visitas aos lares e, portanto, isso até foi conseguido antes para utentes e trabalhadores que foram vacinados pelo menos com a primeira dose. Neste momento já todos, aqueles que nunca estiveram positivos, receberam a segunda toma. Isso associado à diminuição de casos na comunidade fez com diminuísse significativamente os surtos em lares. Em meados de fevereiro atingimos o pico de surtos em lares, todos os 3 500 lares (os 1500 do sector social solidário - 900 integram a CNIS -, os lucrativos e os não legalizados). Tínhamos nessa altura 383 surtos ativos; no final de março tínhamos 63. Tínhamos cerca de 9 mil utentes infetados; no fim de março eram 2 600. Uma diminuição que trouxe algum conforto e decompressão aos dirigentes porque a tensão foi muito forte. Vivemos meses sucessivos em alguns casos de autêntico pânico. Houve surtos em que praticamente toda a gente ficou contagiada. Os dirigentes não debandaram, mas lutaram com falta de trabalhadores. Valeu-lhes o dinamismo da comunidade e programas como o MAREESS e as Brigadas de Intervenção Rápida. Neste momento já não há BIR em nenhuma instituição, ainda há trabalhadores do MAREESS em IPSS, e alguns até lá vão ficar.

Continua orgulhoso do comportamento do sector social solidário nesta crise...

Foi exemplaríssimo. Não encontro melhor termo. De uma dedicação extraordinária, não compreendida por alguns sectores, e de uma movimentação fantástica para encontrar soluções. Comparando aquilo que se passou em Portugal com o resto da Europa, segundo dados oficiais, o nosso país é aquele em que há a menor percentagem de óbitos em lares. Não foi obra do acaso. Foi a dedicação dos dirigentes e dos trabalhadores. Na Europa os lares são, em grande parte, do Estado e há um distanciamento em relação à realidade concreta. Em Portugal os lares são das comunidades onde estão implantados, que se organizam e os sustentam. Como costuma dizer o presidente da Misericórdias, tratam pelo nome todos os utentes porque são vizinhos, familiares, amigos que não os abandonaram.



Neste aspeto Portugal tem lições a dar à Europa.

Estamos outra vez em processo de desconfinamento com a reabertura de centros de dia, equipamentos sociais na área da deficiência, creches, ensino pré-escolar...

O desconfinamento nas instituições, a reabertura

que assumir as suas para com este sector



ainda não houve uma vistoria por parte da Saúde, Segurança Social e proteção civil para ver se estavam em condições. Espero que seja acelerado esse processo de averiguações. Como sabemos, no final de dezembro eram apenas 30 por cento os centros de dia que podiam estar abertos com uma frequência a cerca de um terço da sua capacidade. Houve muitos utentes que optaram por não ir e os próprios centros de dia também não tinham capacidade para todos os utentes respeitando as regras das DGS. Houve a medida acertada da Segurança Social de considerar as frequências de fevereiro extensíveis a todo este tempo. Na comparticipação pública não houve redução. Agora teremos os tais 30 por cento a reabrir e depois de se averiguarem as condições e com a vacinação em curso outros reabrirão. Por parte das instituições havia alguma preferência de que só regressassem aos centros de dia os utentes já vacinados. Não será assim. Vai ser um processo lento, mas progressivo para que, lá para setembro, quando houver imunidade de grupo tenhamos todos os centros de dia funcionar em pleno.

Considera que o Governo vai ter em conta a excecionalidade deste ano de pandemia nas atualizações da comparticipação da cooperação com o sector social?

Tem que contar. Este ano é um ano simbólico. Em dezembro de 2021 completam-se 25 anos da assinatura do Pacto de Cooperação para a Solidariedade. Nós estamos a revisitar o Pacto. Vai haver um ato simbólico para a assinatura de um novo Pacto, atualizado e parece-me que vai havendo algum consenso. É importante que o Estado assumas as suas responsabilidades, por exemplo, que participe significativamente estas instituições para que não se desviem da sua missão que é sobretudo privilegiar os mais carenciados. O que se nota é que o Estado tem vindo a diminuir percentualmente a comparticipação. Neste momento pelos estudos feitos - e com a pandemia agravou-se - a comparticipação pública não ultrapassa, em média, os 38 por cento, das despesas das IPSS. Nunca devia estar abaixo dos 50 por cento. As instituições têm respondido sempre muito bem. Na crise económica de 2008 se não fossem as IPSS a situação teria sido muito pior. Elas foram, de facto, a mola social de Portugal. Nesta pandemia estas instituições têm sido fabulosas. Há sempre quem por razões ideológicas não aprecie muito o sector social solidário ou grupos que o põem em causa, mas penso que ressalta a realidade de que são importantes, fazem muito e muito bem. Eu espero que, em sede de negociação do compromisso de cooperação, o sector seja respeitado e haja uma melhor comparticipação pública. Nós, as quatro grandes organizações, não podemos desistir. Não posso garantir nada a não ser que vamos continuar a insistir.

2021 pode trazer a mudança de paradigma na solidariedade social, novos modelos de cooperação, novas valências e serviços?

Certamente. Nunca esquecendo a experiência e o conhecimento das instituições. Têm uma tradição muito forte. E sempre nas situações difíceis têm sabido enfrentar os desafios e responder às necessidades. Claro que a pandemia mostrou-nos que é preciso dar passos em frente. Temos de pensar nos lares, no apoio domiciliário, no acompanhamento dos idosos. Em situações difíceis temos que ter lares com mais espaços comuns, considerar as diferentes deficiências, temos que repensar tudo. Para mim é claro que tem que se articular a Saúde com Segurança Social. Estas instituições prestam cuidados de saúde. O Estado não o reconhece, mas os utentes precisam cada vez mais de cuidados médicos e de enfermagem nas instituições. Uma das grandes conclusões da pandemia é a necessidade imperiosa de articular a Saúde com a Segurança Social. Diria mais: os três ministérios sociais (Saúde, Segurança Social e Educação) não podem ter paredes erguidas entre eles. Neste momento em Portugal a população dos idosos apoiados pelo sector social solidário é de 400 mil pessoas, maioritariamente são pessoas com debilidade significativa, com um histórico de saúde complicado, com problemas de doença mental, pessoas frágeis. Não é justo que o Estado, vendo que estes idosos em lares e apoio domiciliário têm pessoas que os apoiam, não assegure cuidados de saúde, mas apenas de segurança social. São cidadãos de pleno direito e é preciso apoiá-los. Nas negociações para os compromissos de cooperação há uma falta de envolvimento dos ministérios da Saúde e Educação.

Defende maior intervenção estatal?

Quando se fala da responsabilidade do Estado para com a proteção social pode-se pensar que estou a defender que deve assumir todo este papel. Não. É uma obrigação e um dever do Estado. Isso não significa que tenha que o fazer diretamente. Temos um sector que é um instrumento do Estado na proteção social. O meu grande receio é que se o Estado não assumir as suas responsabilidades estas instituições ou comecem a encerrar ou haverá menos pessoas disponíveis para serem dirigentes de IPSS ou comecem a desviar-se da sua missão que é proteger e apoiar os mais carenciados. Neste momento o endividamento de muitas IPSS é bastante significativa e isto não se pode eternizar. As linhas de crédito não resolvem nada. As IPSS estão exauridas. O que eu queria do ano de 2021 é que o Estado assumisse as suas obrigações para com este sector para não fique ninguém para trás.

das várias valências, tem que ser progressivo e acompanhado, não pode ser de supetão. Defendi que, por exemplo, os centros de dia podiam até não reabrir a 5 de abril. Não vão reabrir todos porque há muitos que estão acoplados a outras valências, com instalações comuns, lares, infantários e creches. Fizeram adaptações para poderem funcionar, mas

JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



A força das IPSS ao serviço do País

No último artigo publicado neste jornal evoquei um ano de pandemia. Aí referi as alterações de comportamento e de atitude a que tivemos que obedecer, os sentimentos de incerteza, angústia e insegurança que a muitos assolaram, a constatação de que as desigualdades e a pobreza cresceram significativamente e o temor de que estamos ainda no começo de uma crise social de elevada dimensão, com consequências inevitáveis, nomeadamente no mundo do trabalho.

Mostra a experiência que após um período de crise, seja ela financeira, económica ou social – e esta crise é tudo isso, mais sanitária – nunca se volta ao ponto de partida. Após uma crise e com a dimensão da vida este ano, não-de surgir novos equilíbrios e, provavelmente, novas regras serão definidas em vários domínios das políticas económicas e sociais.

Nesta busca de novos equilíbrios penso ser muito importante ter em conta a dedicação, utilidade, capacidade e competência das Instituições Sociais, amplamente demonstradas durante este ano de pandemia. Não fora a sua intervenção e apesar das muitas dificuldades criadas, algumas por parte de entidades oficiais, as consequências materiais e sociais teriam sido muito mais gravosas para a comunidade nacional. A experiência, nalguns casos dolorosamente vivida, pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social foi muito rica e, por isso, ela não pode ficar à margem no processo de tentativa da descoberta dos novos equilíbrios para o próximo futuro. E, pelo andar da carruagem não me parece que, neste particular, as entidades oficiais estejam a ver bem as coisas. Basta atentar na distribuição de verbas e nas prioridades definidas no Plano de Recuperação e Resiliência.

Penso, por isso, que seria de grande utilidade a realização de um grande encontro de reflexão nacional devidamente preparado para, com base na experiência vivida e com a finalidade de analisar o que se aprendeu com um ano de pandemia, tentar desbravar com ampla participação e tendo em conta as realidades distintas das diferentes parcelas do território, o que se pretende para período pós pandemia, com vista ao que há



para fazer, seja na definição de políticas públicas, nos investimentos a realizar e nas formas de cooperação a estabelecer entre as Instituições Sociais e poderes públicos.

Dos temas a analisar parecem-me prioritários o combate às desigualdades e à pobreza, especialmente, pobreza infantil; o apoio à população idosa; e, as novas formas de organização e cooperação entre Estado, Autarquias e Instituições Sociais. Quanto às desigualdades e pobreza, algumas situações que estavam escondidas mostraram-se no último ano de forma clara. Por exemplo, a pobreza em crises anteriores tinha como válvula de escape a economia informal, o que agora não acontece. Há estratos populacionais que não têm qualquer relação com o mundo do trabalho e, por isso, ficam de fora da proteção social do Estado. Isto significa que não bastam as medidas de apoio e de emergência. É preciso fazer algo muito mais difícil que é, neste caso, trazer essa gente para o sistema de proteção social. Quanto ao apoio aos idosos temos de ter a consciência de que a

maioria dos nossos lares foram concebidos para um tempo diferente do atual. Há que repensar as respostas mais adequadas a uma nova realidade que coloca novas necessidades, mais exigência em capacidades e meios técnicos e em mais recursos que terão de ser disponibilizados às Instituições. O relacionamento entre Instituições Sociais e os poderes públicos não pode deixar de se continuar a organizar na base de um espírito de cooperação e respeito pela identidade e natureza das Instituições Sociais. No entanto, a anunciada transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais em matérias de âmbito social não deve nem pode resvalar para um ambiente de dúvida, insegurança e incerteza que afete a vida diária das Instituições Sociais. É preciso ter a noção de que esse risco é real e, nesse sentido, valeria a pena dedicar uma parte do congresso a debater o tema.

Aqui fica a ideia. Este seria um modo das Instituições Sociais prestarem mais um valioso serviço ao País.

O Príncipe

1 - “É o direito que serve a política, não é a política que serve o direito” – foi a fórmula utilizada pelo Presidente da República no contexto da argumentação com que justificou a promulgação, contra a vontade do Governo, dos diplomas aprovados na Assembleia da República, relativos aos apoios sociais a conceder aos trabalhadores independentes – deverei dizer antes “população trabalhadora independente”, em homenagem à linguagem amiga da igualdade de género? -, bem como aos sócios gerentes, para compensação da perda de rendimentos devido à pandemia.

Numa hipótese de leitura, o Presidente da República teria razão: com efeito, as leis são elaboradas por iniciativa do poder político, representam e veiculam os valores e as opções desse poder e o legislador mais não faz senão traduzir nas formas e modelos legislativos o sentido dessas opções da gestão política da sociedade.

Isto é assim, quer nas democracias, quer na ditaduras: quem exerce o poder, produz as leis que regem a vida pública e privada e a que os cidadãos obedecem.

(Embora, nas ditaduras, por vezes se dispensem mesmo as leis e funcione apenas o arbítrio ... O que pretendo salientar é que a produção legislativa pelos titulares do poder político, formalizando as regras de funcionamento da sociedade, não é privativo das democracias.

E mesmo nas ditaduras procura-se, em regra, uma certa aparência de legalidade como limite da acção política.

Pelo seu lado, nas democracias, é o povo soberano que elege livremente os seus representantes, que elege, por via directa ou indirecta, o legislador e que determina, pelo sufrágio, quais as leis a serem aprovadas.)

Nesse sentido, como comecei por dizer, a justificação dada pelo Presidente da República traduz o óbvio: as leis, ou, mais geralmente, o direito constitui um instrumento do poder político, conformando a vida social de acordo com as políticas prevaletentes.

E, nessa perspectiva, o direito serve a política, dando aparentemente razão à tese do Presidente.

Mas a leitura da fórmula presidencial, no presente contexto, não é nesse sentido.

Escrevi acima que o império da lei não é privativo das democracias; mas é delas requisito constitutivo.

Na verdade, o titular do poder político tem a legitimidade – e a força – para produzir as leis que conformam uma certa sociedade.

Mas, nas democracias, uma vez produzida, pela fórmula canónica, a respectiva legislação, todos lhe devem obediência – até o Príncipe.

Ao contrário do que escrevia Nicolau Maquiavel, o Príncipe, e a Razão de Estado, não estão acima da lei.

2 – Ora, neste outro nível de leitura, a explicação do Presidente da República é tudo menos linear.

Com efeito, não podemos perder de vista o contexto: tratava-se de saber se a Assembleia da República podia, à face da Constituição, aprovar medidas legislativas que se traduzissem em aumento de despesa ou diminuição da receita estabelecidas no Orçamento de Estado – havendo uma norma da

Constituição que o impede com meridiana clareza, segundo o generalizado consenso.

Trata-se da chamada norma-travão – artº 167º, 2 da Constituição.

(Há palavras que, em certos momentos, saem do restrito universo semântico a que nos habituáramos e passam a ser enriquecidas metaforicamente por novas utilizações.

O caso do travão, e do alargamento do campo semântico para lá do domínio da mecânica dos veículos, é uma delas: para além da norma-travão, a propósito da Constituição, também o Primeiro Ministro a tem aproveitado para as variáveis possibilidades de reabertura da sociedade, ameaçando com a utilização do travão nos próximos patamares de desconfinamento, decorrentes da alteração do índice de infecção pelo CoVID 19 e do hoje famoso “Rt”.)

Na verdade, segundo o princípio, enunciado pelo Presidente da República, do domínio do político sobre o jurídico, o poder político tem a competência para alterar a Constituição, designadamente alterando o art 167º, 2 da Lei Fundamental, se a norma deixar de lhe servir, passando a conferir aos deputados a iniciativa legislativa sem as limitações e os constrangimentos da norma-travão actualmente em vigor.

Mas, enquanto tal norma constitucional persistir, e de acordo com o princípio do primado da lei, tal norma terá de ser cumprida por todos; e o primeiro deles deverá ser o Presidente da República, titular da mais alta função do regime constitucional.

Aí, e salvo o devido respeito, o direito prevalece e limita a acção política.

O Príncipe deve, também ele, obediência à lei – enquanto for lei, enquanto vigorar.

Ora, parece não ter sido o caso – a crer na quase unanimidade dos constitucionalistas, sejam mais próximos do Governo, sejam-no do Presidente.

A democracia é fundamentalmente um procedimento – e é o cumprimento estrito por todos das regras e dos procedimentos que assegura a defesa dos direitos dos cidadãos face ao poder do Estado – por natureza, sempre excessivo e tendente à concentração.

3 – Não está em causa a justiça das medidas de apoio aos trabalhadores independentes e aos sócios gerentes, aprovadas pela Assembleia da República.

Nessa medida, não se pode acompanhar a avaliação feita dessas medidas, como tendo “efeito injusto ou perverso”, como as qualificou a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – com o argumento de que beneficiariam com iguais montantes trabalhadores independentes e sócios gerentes com diferentes graus de taxa contributiva, pagando o mesmo subsídio – de 665 euros – a quem desconta por mês 28 euros ou 100 euros.

Teria razão se esta nova prestação social aprovada pela Assembleia da República constituísse uma prestação de base contributiva, duradoura, como a reforma, o subsídio de doença ou o de desemprego.

Não é esse o caso: a nova prestação social, sendo embora também uma prestação substitutiva dos rendimentos do trabalho, não tem natureza



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

contributiva; é uma medida de emergência, temporária, visando repor as condições mínimas de subsistência de trabalhadores independentes ou sócios gerentes que tenham tido uma quebra súbita de rendimento efectivo, por causa da pandemia.

E para terminar quando voltar a normalidade.

Claro que teria razão a Ministra do Trabalho, e seriam injustos e perversos os efeitos, se se atribuisse de forma duradoura um subsídio mensal de 665 euros a um sócio gerente ou a um trabalhador independente, que pagasse uma TSU mensal de 28 euros – e se mantivessem as centenas de milhar de pensões de reforma inferiores a esse montante, a trabalhadores reformados que tivessem descontado muito mais do que esses 28 euros, durante 40 ou mais anos seguidos.

Mas, tanto quanto se sabe, não será o caso, tratando-se de uma prestação de natureza diferente: como disse, temporária, restrita à situação de emergência e visando a manutenção das condições de vida de que gozavam os seus destinatários antes da crise pandémica.

Questão diferente é a de saber se a Ministra do Trabalho, e o Governo, tem ou não razão – não por essa via da justiça e proporcionalidade das medidas, mas pela incompetência do Parlamento em legislar praeter-Orçamento do Estado, como referi acima.

Creio que têm.

4 – Fez na semana que agora acaba 45 anos que foi aprovada pela Assembleia Constituinte, em 2 de Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa.

Tive o privilégio de assistir a algumas Sessões dessa Assembleia, levado pelo meu sogro, que foi deputado à Constituinte.

Ainda lembro bem a qualidade dos deputados Constituintes – uma plêiade de gente maioritariamente com passado de luta e oposição ao Estado Novo, de grande craveira intelectual e moral, com hábitos de vida modestos, norteados pelo serviço público e pela democracia, respeitados pela sociedade em geral e que nos deixaram uma Lei Fundamental que tem sabido resistir ao decurso do tempo.

Continua a traduzir bem os ideais da Revolução de Abril e corporiza a vontade de uma sociedade mais justa.

Se ainda pouco avançámos na perspectiva da igualdade dos cidadãos e da justiça social, a culpa não é da Constituição.

É nossa, que a não temos sabido cumprir!



COMPROMISSO COM UM BEM MAIOR

SOLUÇÕES CONTRA VIRUS,
BACTÉRIAS E FUNGOS

MÁSCARAS CIRÚRGICAS E SOCIAIS
COBRE SAPATOS
TOUCAS
LUVAS
DESINFEÇÃO DE EMBALAGENS
SANITIZAÇÃO DO AR



MÁSCARAS TIPO II R | PRODUÇÃO EM SALA LIMPA

**CONDIÇÕES
ESPECIAIS
PARA MEMBROS
CNIS**

RESPIRE DE ALÍVIO
Com PURIF`AIR é possível!



- ✓ ELIMINA VIRUS, BACTÉRIAS E FUNGOS
- ✓ REDUZ ODORES, PARTÍCULAS, FUMO E COVS
- ✓ ELIMINA 99% DE VIRUS TRANSMITIDOS ATRAVÉS DOS ESPIRROS
- ✓ NOVA TECNOLOGIA ELIMINA 99% DOS VIRUS NAS SUPERFÍCIES

99% EFICÁCIA NA ELIMINAÇÃO
DO CORONA VÍRUS SARS COV2



EFICÁCIA COMPROVADA

INNOVATIVE BIOANALYSIS **BRI** SGS FDA



INFO@BSAFESOLUTIONS.PT
WWW.BSAFESOLUTIONS.PT

FUNDAÇÃO ADFP, MIRANDA DO CORVO

«Residência Bondade» é resposta inovadora para pessoas com doença mental

A Fundação ADFP (Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional) abriu a Residência Bondade para pessoas com doença mental, uma unidade experimental integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), com parcerias com a Segurança Social e a Saúde.

Trata-se da primeira unidade Residência de Apoio Máximo (RAMa) na Região Centro e resulta da grande experiência de parceria entre a Fundação ADFP com a Saúde e a Segurança Social na criação de respostas inovadoras no âmbito da doença mental.

A Fundação abriu a primeira Residência Assistida para pessoas com doença de Alzheimer e criou a primeira Unidade de Vida Apoiada ainda na década de 1990. Em parceria com o extinto Hospital Sobral Cid, a Fundação criou o primeiro Fórum Sócio Ocupacional, na Comunidade Intermunicipal de Coimbra e idealizou o projeto «DiferenteMente/IgualMente», que recebeu vários prémios a nível nacional.

A Fundação aposta em uma cultura disruptiva de intervenção com pessoas com doença mental que assenta na promoção da dignidade do doente e na sua integração na comunidade.

A RAMa tem capacidade física, construída, para 24 doentes embora, para já, tenha apenas acordo para 12 pessoas com doença mental.

A equipa da RAMa, dirigida por Helena Alves, aguarda que a Administração Regional da Saúde (ARS) envie os primeiros doentes.

No edifício construído de raiz para pessoas com doença mental, a Fundação já acolheu nos últimos anos, quando aguardava os acordos de Cuidados Continuados, refugiados, formandos da Guiné e ainda pessoas em situação de sem-abrigo.

CASA DIGNIDADE

Por outro lado, a Fundação ADFP prossegue o seu projeto socio-filantrópico e, na Casa Dignidade, continua a receber produtos alimentares para apoio na confeção de refeições para pessoas em situação de sem-abrigo.

Atualmente, a Casa Dignidade serve mais de 420 refeições semanalmente, um projeto que funciona, desde abril de 2017, em Coimbra, com o objetivo de proporcionar refeições quentes à população sem-abrigo da cidade.

Este serviço é feito sem apoios da Segurança Social ou de outro organismo estatal, tratando-se de um projeto filantrópico da Fundação ADFP.

Dado os custos envolvidos a instituição decidiu lançar uma campanha a solicitar produtos alimentares, que devem ser entregues na Casa Dignidade, para serem usados na produção das refeições.

Criado no âmbito do projeto «Sem-Abrigo Zero», este «Refeitório com teto» pretende garantir que as pessoas em situação de sem-abrigo



possam jantar sem ser na rua, podendo, assim, ter acesso a cuidados de higiene pessoal, como por exemplo lavar as mãos antes de tomar a refeição.

O «Refeitório com teto» funciona todos os dias, incluindo fins-de-semana e feriados, contando para tal com uma equipa de voluntários que garante a distribuição das refeições e todos os procedimentos que esta ação implica.

Para além das refeições, a Casa Dignidade presta também apoio psicossocial, como encaminhamento para outros serviços sociais, económicos e médicos. Assegura ainda acompanhamento psicológico aos sem-abrigo e sem-teto que o desejem, garante cuidados de higiene, banhos uma vez por semana e doa vestuário e agasalhos.

Para além disto, a Casa Dignidade tem ainda

uma sala de convívio, com aquecimento e muito utilizada durante os dias frios, onde é possível comer fruta ou tomar chá ou café e onde qualquer utente pode permanecer.

Neste momento, a Casa Dignidade serve cerca de 1.900 refeições por mês à população em situação de sem-abrigo de Coimbra, sentindo necessidade de reajustar e de se reinventar para fazer face a toda a logística necessária com o objetivo de conseguir garantir todas as refeições.

Nesse sentido, a Fundação ADFP apela a todos, particulares e empresas, os que queiram colaborar e auxiliar a Casa Dignidade que disponibilizem bens alimentares que possam ser utilizados na confeção de refeições, reduzindo, assim, os custos da instituição com o apoio dado diariamente à população sem-abrigo.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

**SOLUÇÕES
ESPECIALIZADAS
PARA O SETOR
SOCIAL**

A Trivalor, composta por mais de 15 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em *Business & Facility Services*.

 GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

 SERVIÇOS PARTILHADOS

 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

 RESTAURAÇÃO COLETIVA

 RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS

 VENDING

 REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA

 PRODUÇÃO ALIMENTAR

 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

 SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA

 LIMPEZA

 BENEFÍCIOS E INCENTIVOS

 MANUTENÇÃO E GESTÃO DE FACILITIES

 GESTÃO DOCUMENTAL

 TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG CHARON
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

www.trivalor.pt

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF: 210 420 005 / 210 420 808
FAX: 210 420 088 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS

POR CAUSA DA COVID-19 E ISOLAMENTO PROFILÁTICO

Subsídios de doença aumentaram 65 por cento

Os subsídios de doença aumentaram 64,6% em fevereiro face a janeiro, para 304.371, depois de a linha de atendimento SNS24 ter começado a passar declarações provisórias de isolamento profilático devido à covid-19, segundo a Segurança Social.

“Em fevereiro de 2021 foram processados 304.371 subsídios de doença, verificando-se um acréscimo mensal de 64,6% (mais 119.405 subsídios), que fica a dever-se ao facto do SNS24 ter começado também a passar declarações provisórias de isolamento, a partir de novembro”, segundo o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Linha SNS24 passou em novembro a emitir declarações provisórias de isolamento profilático para justificação de faltas ao trabalho e obrigação de permanência no domicílio devido a suspeitas de contágio pela covid-19.

Na síntese estatística mensal o GEP explica que os números “englobam as baixas

por contágio pelo novo coronavírus e o subsídio por isolamento profilático agrupados com o subsídio por tuberculose”.

De acordo com as estatísticas disponibilizadas pela Segurança Social, mais de metade (55,8%) do total das baixas por doença em fevereiro foram processadas a mulheres, tendo sido verificado um aumento de 60,6% face a janeiro neste género.

Nos homens o aumento mensal foi de 69,8% (mais 55.312 beneficiários).

Em relação ao período homólogo, em fevereiro houve um acréscimo global nas baixas por doença de 67,1% (mais 122.247 pessoas), correspondendo a subidas de 54,7% no sexo feminino (mais 60.007 subsídios) e de 86% no masculino (mais 62.240 subsídios), indicam as estatísticas.

No grupo “Outras Doenças” verificou-se uma variação mensal de 35,9%, registando-se em fevereiro mais 38.463 beneficiários, o que resulta num total de 145.482 subsídios.

Quanto ao grupo “Tuberculose, Isolamento

Profilático e Doença Covid”, o aumento foi de 109,3% em relação a janeiro (mais 90.075 pessoas), resultando num total de 172.466 beneficiários.

Os dados da Segurança Social mostram ainda que em fevereiro foram processadas 2.062.986 pensões de velhice, menos 4.775 pensões (uma queda de 0,2%) do que em janeiro e um aumento homólogo de 0,6%, sendo atribuídas mais 12.894 pensões de velhice do que há um ano.

As mulheres receberam 52,8% do total de pensões.

As pensões de sobrevivência caíram em fevereiro face ao mês anterior em 0,1%, mas aumentaram em termos homólogos em 0,4%, totalizando 717.302 processamentos.

As mulheres são beneficiárias da maioria das pensões de sobrevivência, com 81,4% do total.

Em fevereiro foram ainda processadas 179.945 pensões de invalidez, um aumento mensal de 0,3% e um recuou de 4,9% na comparação com o período homólogo.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

CNT CONTABILIDADE ESNL

UTC UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

IMO IMOBILIZADO ESNL

PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC

ORC MÓDULO ORÇAMENTOS

PCM PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL

LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

CP CONTROLO DE PRESENÇAS

ORD ORDENADOS

US UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)

GI GESTÃO DE IMÓVEIS

ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

entre outras

- + de 40 Aplicações
- 100% de Satisfação
- + de 900 Clientes
- GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso
- Assistência Remota
- Formação online

MORADA: Rua dos Cipreiros, 2556, 4835-044 Guimarães
TELEFONE (+351) 253 408 326
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
EMAIL: tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM www.tsr.pt

UNIÃO DISTRITAL DAS IPSS DO PORTO

Encerramento dos centros de dia aumentou procura nos lares

O encerramento dos centros de dia devido à covid-19 aumentou a procura por lares de idosos, disse hoje o presidente da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto, que recusa haver perda de confiança.

Em entrevista à agência Lusa, por escrito, um ano depois da chegada do novo coronavírus a Portugal, Rui Leite de Castro, responsável pela instituição que representa 410 IPSS, negou que os surtos que foram acontecendo de Norte a Sul do país em lares de idosos ameace o setor.

“É curioso que sentimos o contrário. Diversos relatos chegaram à união sobre o aumento das pré-inscrições em ERPI devido ao encerramento dos Centros de Dia”, argumentou Rui Leite de Castro.

Ciente de que, para essas pessoas, a resposta social ERPI “não é a escolha perfeita, já que a melhor solução para a família é manter os seus entes queridos em coabitação”, enfatiza a sua importância por “tratar-se de uma necessidade, de uma resposta em última linha”.

Sobre o medo, o responsável da União Distrital do Porto disse terem sido “as pessoas idosas” quem mais o manifestou, sublinhando, contudo, que este não foi “dirigido à estrutura residencial em si, mas sim à pandemia”.

Sobre a necessidade de repensar estas respostas fruto da aprendizagem forçada pelos últimos 12 meses, Rui Leite de Castro alertou tratar-se de um “setor altamente legislado, deixando pouco lugar para a inovação”.

“O Estado e o mercado dificilmente conseguem resolver este problema social. Apenas em conjunto com a comunidade o conseguem fazer com qualidade e menor custo. As instituições estão a profissionalizar-se, com recursos humanos qualificados e estão constantemente a reinventar-se de forma a conseguir resolver um problema em constante mutação”, acrescentou.

Neste percurso, o presidente da UDIPSS do Porto frisou que a “forma como o Governo apoiou as instituições na pandemia foi, por vezes, desajustada e com efeitos tardios”.



Como exemplo, citou o programa MAREESS (Medidas de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde) que disse ser “muitas vezes de difícil, ou quase impossível, implementação” e as “regras sobredimensionadas no Programa Adaptar Social +, com legislação tardia e logo, com efeitos hipotecados”.

“Houve, contudo, por parte do Governo, a garantia da sua comparticipação financeira com referência a fevereiro de 2020, independentemente da frequência dos clientes nos meses posteriores, uma decisão de extrema importância para a sustentabilidade das IPSS”, acrescentou o responsável.

Para Rui Leite de Castro, as IPSS tiveram “um papel importantíssimo na pandemia, continuando a prestar o serviço aos seus beneficiários/clientes em casa e abriram as suas creches e jardins-de-infância para os filhos dos trabalhadores essenciais”.

“Não confinaram”, salientou.

As 410 IPSS que a União Distrital do Porto representa empregam cerca de 15.900 trabalhadores, englobam 1.200 respostas sociais que atingem 247.000 beneficiários.

“Sob o tema voluntariado, não posso deixar de realçar, o trabalho gracioso e com responsabilidade civil que os membros dos órgãos sociais têm nestas instituições, e que, sem estes agentes de solidariedade social, poder-se-ia ter visto em Portugal casos como os que ocorreram, por exemplo em Espanha, de abandono dos idosos nos lares”, acrescentou.

A pandemia de covid-19 provocou, pelo menos, 2.805.004 mortos no mundo, resultantes de mais de 128,1 milhões de casos de infeção, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP até final do mês de março de 2021. No mesmo período, em Portugal, morreram 16.848 pessoas dos 821.722 casos de infeção confirmados, de acordo com o boletim mais recente da Direção-Geral da Saúde.

«A Contratação Pública e as IPSS» é o tema da próxima ação formativa

A União Distrital das IPSS do Porto está a promover a ação formativa «A Contratação Pública e as IPSS», que tem por principal objetivo dotar os participantes na implicação que o Código da Contratação Pública detém na vida das instituições sociais.

A formação pretende preparar os formandos na condução de um procedimento de contratação pública.

Assim, a formação abordará temáticas como «A Contratação Pública e as IPSS», «As fases da Contratação Pública», «Tipologias de procedimentos», «A Tramitação dos procedimentos pré-contratuais», «A execução do contrato» ou «O regime contra-ordenacional».

Serão ainda disponibilizadas a todos os participantes minutas referentes à Contratação Pública.

A ação formativa decorrerá através da plataforma digital ZOOM e será ministrada por Rui Silva, assessor jurídico da UDIPSS PORTO.

Esta 5.ª edição da ação formativa decorrerá nos dias 26, 27 e 30 de abril e 2 de maio, entre as 9h30 e as 12h30.

O custo para associadas da UDIPSS-PORTO é de 100 euros por inscrição, enquanto para não associadas é de 150 euros por inscrição.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Quem tem medo da inflação?

Um certo nervosismo tem percorrido os mercados de capitais nas últimas semanas.

Tem sido notória alguma pressão vendedora nos títulos de dívida, em particular nas obrigações do tesouro americano de maturidade mais longa, o que tem provocado a queda no valor dos títulos.

Quando os títulos de dívida perdem valor, por uma mera relação matemática, sobem as respetivas taxas de juro implícitas.

A taxa de juro da dívida americana a 10 anos subiu cerca de 120 pontos base desde os mínimos do verão de 2020.

Na base desta subida das taxas de juro está o receio dos investidores quanto a um eventual surto inflacionista no futuro próximo.

Caso o surto inflacionista ocorra, as taxas de juro nominais tenderão a subir e conseqüentemente os títulos de dívida vão perder valor. A ser assim, mais vale vendê-los agora do que mais tarde por valor mais baixo.

A questão está em saber se os receios dos investidores são fundamentados.

É verdade que, pela primeira vez em muitos anos, a economia americana poderá estar sob uma dupla dose de esteroides – um gigantesco estímulo fiscal e um não menos impressionante empurrão da política monetária.

O congresso acaba de aprovar um pacote de estímulos fiscais de 1,9 triliões de dólares, 1,9 milhões de milhões de dólares, um número com 13 algarismos que até custa a soletrar.

Em cima disto vão continuar os excepcionais apoios do lado monetário uma vez que o banco central não parece inclinado a mudar o curso da sua política.

Para uns quantos investidores a consequência destas condições só pode ser um ressurgimento da inflação.

Terão razão os investidores que temem surto inflacionista?

Se olharmos para a experiência dos últimos 10/12 anos, os anos que se seguiram à crise financeira de 2008/2009, não parece haver motivo para grande preocupação com a subida indesejada dos preços.

Vale a pena lembrar o que dizia algum do comentário especializado em economia por volta de 2010/2011.

Por essa altura, os governos, depois de um curto período em que colocaram no terreno algum estímulo fiscal, recuaram perante o receio da reação dos mercados de dívida e deixaram os bancos centrais a falar sozinhos na luta contra a crise económica.

Os bancos centrais foram obrigados a lançar mão

de um arsenal completo, desde as armas convencionais (manipulação das taxas de juro de curto prazo) até instrumentos não convencionais, nomeadamente a compra massiva de títulos de dívida (sobretudo dívida pública) e uma orientação explícita quanto ao andamento futuro das taxas de juro.

Na prática, os bancos centrais inundaram de dinheiro as economias de capitalismo avançado numa escala sem qualquer precedente comparável.

Dizia-se então que, tanto dinheiro despejado em cima das economias, só podia provocar inflação. Havia até quem temesse inflação descontrolada, à moda da Alemanha do período entre as guerras mundiais ou, mais próximo do nosso tempo, as experiências hiperinflacionárias da Venezuela ou do Zimbábue.

As previsões dos monetaristas não se verificaram. Ao longo da última década, se tivemos de lutar contra algum risco, esse risco foi o da deflação (preços a descer) e não a inflação.

A natureza monetária da inflação parecia estar bem estabelecida. O que pode explicar, então, o mutismo da inflação ao longo dos últimos 10 anos?

Acontece que a sociedade mudou muito em relação aos anos 70 do século passado quando vivemos o último grande surto inflacionista.

Desde logo os sindicatos não têm hoje o poder que tiveram no passado.

O mecanismo inflacionista dependia da interação entre preços e salários. Se os preços subiam os sindicatos reclamavam aumentos salariais para repor o poder de compra. Isso implicava que os custos das empresas aumentavam e estas subiam os preços para compensar o aumento dos custos. Isso provocava nova reivindicação de aumentos de salários nominais desencadeando uma espiral inflacionista que podia ficar fora de controlo.

Hoje em dia, desafortunadamente, os sindicatos não teriam poder suficiente para exigir a reposição do poder de compra dos salários, caso se verificasse um surto inflacionista com algum significado.

Depois a inflação tornou-se um fenómeno global, as condições locais de países ou zonas económicas deixaram de ser relevantes.

Imaginemos que os preços e os salários aumentavam mesmo, por exemplo, nos Estados Unidos.

Não é nada provável que o processo pudesse ficar fora de controlo a não ser que o surgimento dos preços fosse similar um pouco por toda a parte.

Se os preços aumentassem na América, mas não aumentassem na mesma proporção na China ou na Europa, o que aconteceria seria um aumento da compra de bens e serviços chineses e europeus pelos compradores americanos, ou seja, uma subida do

deficit comercial americano e não uma espiral inflacionista nos preços.

Há também que ter em conta as alterações tecnológicas. Nos anos 70 não havia internet nem as plataformas eletrónicas que hoje configuram o nosso modo de viver – não havia google, amazon ou alibaba.

Estes gigantes da tecnologia, nomeadamente as plataformas de comércio eletrónico, desenvolveram um tal poder aquisitivo sobre as empresas que produzem os bens e serviços de consumo que, aumentos descontrolados nos preços, nunca seriam permitidos.

Mas, finalmente, talvez o fator mais importante a considerar seja o notável incremento na desigualdade das modernas sociedades de capitalismo avançado.

Temos de recuar 100 anos, para o período anterior à primeira guerra mundial, para encontrar níveis de desigualdade similares aos atuais.

É isso que explica que, mesmo tendo os bancos centrais despejado torrentes de dinheiro sobre as economias, a inflação não tenha bulido. Os bancos centrais criaram dinheiro comprando títulos de dívida. Os vendedores foram naturalmente aqueles que possuíam os títulos, ou seja, os mais abastados.

Essas pessoas não precisam do dinheiro que receberam pelos títulos para o leite das crianças. Em economês dizemos que são pessoas com propensão marginal a consumir de zero.

O dinheiro que os bancos centrais criaram foi parar a bolsos que o reinvestiram de imediato provocando a bolha especulativa em que estamos a viver, provavelmente, a maior bolha especulativa da história do capitalismo porque, pela primeira vez, é uma bolha que afeta todo o tipo de ativos.

De certa forma até podemos dizer que não é totalmente verdade que não tenha havido inflação. Não houve no sítio do costume, onde a procuramos normalmente, ou seja, nos preços dos bens e serviços de consumo que as famílias compram no dia a dia.

Já os preços dos ativos, de quase todo o tipo de ativos (ações, obrigações, casas, ouro, matérias primas, etc.) subiram em flecha.

Conforme tenho tentado explicar nas minhas crónicas tudo isto configura um cenário de desastre mais à frente – algures no tempo a captura dos bancos centrais pelos mercados financeiros tem de parar e o que daí vai resultar não será bonito de se ver.

Acredito que a grande luta dos bancos centrais no futuro não vai ser contra uma qualquer inflação descontrolada nos preços daquilo que habitualmente compramos, mas, antes, para trazer de novo para a terra mercados financeiros hiperinflacionados pelos quais os bancos centrais se deixaram aprisionar.

Segurem-se!



A sua Instituição precisa de apoio no âmbito do programa PARES 3.0?

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

Portaria de 19 de Agosto de 2020 | Despacho nº 9952/2020 de 15 de Outubro, do Ministério Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Se necessita de apoio técnico no âmbito do Programa PARES 3.0, a **Sogenave tem para si um serviço integrado**, para que garanta um projeto bem sucedido.

Sendo a integração e coordenação dos diferentes intervenientes um dos maiores desafios num projecto com a exigência do Programa PARES 3.0, o **departamento de Food Equipment da Sogenave, com largos anos de experiência e um extenso portfólio de projectos executados**, disponibiliza os seguintes serviços:

Consultoria



Projetos de Arquitectura



Projetos de Engenharia



Desenvolvimento de Layouts de Cozinhas e Lavandarias



Mobiliário, Decoração e Design

Gestão de obras



Trabalhos de Construção Civil



Fiscalização de obra

Equipamentos Hoteleiros



Venda e Instalação de Equipamentos Hoteleiros

O Programa PARES 3.0 tem como objectivo, aumentar a qualidade e capacidade das respostas nas áreas da infância, pessoas com deficiência e população idosa. São entidades elegíveis as IPSS ou instituições equiparadas. O financiamento público tem como limite 80% (restante poderá ser recursos próprios, financiamentos, autarquias, parcerias). São elegíveis, os projectos que criem novos lugares, obras urgentes, obras de ampliação ou reabilitação. A formalização da candidatura é feita mediante apresentação de Projecto. A presente nota é meramente informativa e não dispensa a consulta da documentação oficial emitida pelo Governo Português sobre o tema.



S. Bento do Cando, Arcos de Valdevez: Pertinho do céu

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA

Em 2020 a APAV apoiou diretamente mais de 13 mil pessoas

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou no ano passado mais de 13.000 vítimas diretas de mais de 19.600 crimes e outras formas de violência e recebeu uma média de 38 chamadas por dia.

Segundo o relatório anual de 2020, no ano em que comemorou 30 anos de existência, a APAV registou 66.408 atendimentos de pessoas vítimas ou não de crimes, para esclarecimento de informações e outros assuntos.

Cerca de 75% do total de vítimas diretas de crime eram do sexo feminino e as faixas etárias mais frequentes situavam-se entre os 25 e os 54 anos de idade, representando um total de 38,3%.

Os crimes contra as pessoas (95,1%) tiveram um maior destaque no ano passado, com especial relevo para os crimes de violência doméstica (75,4%). Já os crimes contra o património, que em 2020 representaram 2,5% do total assinalado pela APAV, registaram um aumento de 0,7% em relação ao ano anterior.

De acordo com os dados da APAV, de um total de 13.093 vítimas diretas, a associação registou 13.113 autores/as de crime. Destes, cerca de 56% eram do sexo masculino e tinham idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (21,1%). No que diz respeito à relação entre vítima e autor/a do crime, as relações de intimidade (44,2%) foram as mais assinaladas.

Nos vários serviços de proximidade - Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sistema Integrado de Apoio à Distância, Sub-Redes Especializadas, Casas de Abrigo e Linha Internet Segura -- foram registados 66.408 atendimentos.

A APAV refere que apoiou vítimas diretas de 290 municípios dos 308 existentes (94% do território nacional), registou 19.697 crimes e outras formas de violência e promoveu 1.227 atividades formativas (48% destinadas a crianças e jovens).

A associação lembra que o ano de 2020 foi pautado pelo aparecimento da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e que, “com todos os constrangimentos inerentes a uma nova realidade”, se teve de adaptar e reinventar “dia após dia”.

A vitimação continuada continua a prevalecer, segundo a APAV, e os locais do crime mais referenciados foram a residência comum (54,1%) e a residência da vítima (16%).

Em cerca de 46% das situações foi formalizada queixa/denúncia junto de pelo menos uma entidade policial, o que representa um aumento de 4% face aos registos de 2019.

Quanto ao número médio de vítimas por ano, a APAV indica 8.720 mulheres, 1.841 crianças, 1.627 homens e 1.626 pessoas idosas.

Quanto aos contactos recebidos, a APAV indica que os contactos telefónicos (61,6%) e presenciais (29,6%) continuam a ser os principais, mas sublinha que no apoio *online* se verificou uma subida de 5,9% face ao ano anterior, com um registo de 17,7% dos contactos efetuados.

“Foi também percebida a subida percentual dos contactos telefónicos face aos presenciais, com uma elevação de 4,2%. O aumento da utilização de ferramentas de apoio à distância, como o telefone e o apoio *online*, poderá ter sido condicionada pelas restrições vividas em 2020, em consequência da situação

pandémica”, sublinha.

No que se refere à referenciação das vítimas, o relatório da APAV indica que uma em cada cinco (20,4%) são referenciadas pelos órgãos de polícia criminal e 13,4% por amigos/conhecidos.

“O número de referenciações efetuadas para a APAV reforça o reconhecimento da associação junto das comunidades locais e das restantes instituições com as quais articula”, sublinha a associação.

Quanto ao perfil geral das vítimas apoiadas diretamente, a APAV refere que são maioritariamente do sexo feminino (74,9%), com uma média de 40 anos de idade e que a relação com o autor/a do crime é conjugal na maior parte dos casos (18,2%).

No que se refere às vítimas crianças e jovens, são maioritariamente do sexo feminino (59,7%) com uma média de 10 anos de idade e filhos/as do/a agressor/a.

O perfil que a APAV define para as vítimas do sexo masculino indica que a faixa etária predominante é a dos adultos (56,9%), seguida de crianças (29,3%) e idosos (15,3%). Contudo, a média de idades das vítimas do sexo masculino situa-se nos 36 anos e a maior parte (16,1%) são filhos do/a autor/a do crime, seguindo-se os cônjuges (10,8%). Já no caso das pessoas idosas, o perfil das vítimas traçado indica que a maioria são mulheres (72,1%), com uma média de 76 anos de idade e, na maior parte dos casos (33,8%) são pai/mãe do autor do crime. Em 22,7% dos casos são cônjuges.

Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL

CHAMADA GRATUITA

116 006

LINHA DE APOIO À VÍTIMA
DIAS ÚTEIS DAS 09H-21H